



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO Nº .../2016
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO
RIO GRANDE E A EMPRESA
....., PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE RECEPCIONISTA, EM
CONFORMIDADE COM O EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua nº, Bairro:, CEP:, neste ato representada pelo Sr., na qualidade de, portador do RG nº, doravante denominado **CONTRATADA**, de conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº 062/2016, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 9.329/06 e nº 9.546/07, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de recepcionista com carga horária de 30h semanais, sob responsabilidade e administração da Secretaria de Município de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: O serviço será prestado no Cadastro Único – IGD bolsa família, situado na sede da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social – SMCAS Rua Marechal Floriano nº 05, e em casos especiais será feito nos CRAS da Secretaria (CRAS Hidráulica, CRAS Águeda, CRAS Equipe Volnate e CRAS Lucia Nader) e eventos ocasionais na cidade do Rio Grande.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

- a) Os serviços serão prestados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA na Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social.
- b) A qualificação dos empregados a serem alocados nos postos de serviços de recepcionista atendente são as seguintes:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

b.1 Ensino Médio Completo

b.2 Conhecimentos básicos de Informática e Digitação.

c) Serão necessários 05 (cinco) recepcionais com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão prestados em regime de 06h diárias de segunda à sexta das 8h às 14h ou das 12h30min às 18h30min, de acordo com as necessidades da contratante. Os horários de execução dos serviços devem ser definidos para cobrirem os horários de atendimento ao público do Cadastro Único.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS Os serviços serão executados pela CONTRATADA obedecendo ao disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as especificações a seguir:

- a) Realizar no setor do Cadastro Único o atendimento de pessoas que procuram o setor para os mais diversos tipos de atendimento, como: realização de novos cadastros, atualização de dados cadastrais, reclamação de bloqueios e ou cancelamento de benefícios, além da busca de comprovantes/relatórios da comprovação de Cadastro;
- b) Preencher formulário com as informações das famílias e digita-los no sistema do Cadastro Único;
- c) Atender famílias que foram encaminhadas pela Secretária de Município da Habitação e Desenvolvimento Urbano para a inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida;
- d) Participar de visitas ao interior do município e a bairros distantes da sede, sempre que solicitada, com a finalidade de facilitar o atendimento da clientela de baixa renda, com auxílio dos Agentes Comunitários da Saúde, Profissionais que atuam no Bairro e Associações de Bairros, este atendimento normalmente ocorre nas dependências de Escolas, Salão Paroquial, CRAS e Eventos Comunitários.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os seguintes valores pelos serviços contratados:

ITEM	quantidade	TIPO DE SERVIÇO	Valor unitário	Valor Total
01	05	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de recepcionista 30 hs	R\$	R\$

Parágrafo Primeiro: O presente Contrato tem como valor total de R\$
(.....).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, numa via, emitida e entregue na SMCAS, no Setor Financeiro, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária;
- b) A atestação da fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim;
- c) O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de 15 dias úteis, contados da protocolização da nota fiscal/fatura, desde que não haja nenhuma pendência de documentação comprobatória;
- d) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e a documentação comprobatória;
- e) Para efeito do primeiro pagamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente à nota fiscal/fatura a DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, se for o caso;
- f) A CONTRATADA deverá, durante toda execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual, caso exigida;
- g) A CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato;
- h) A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE: O reajuste do serviço seguirá os parâmetros definidos abaixo:

- a) Os valores que são previstos em Convenção Coletiva de Trabalho serão reajustados segundo as variações da mesma, mesmo que ocorra em período inferior a 12 (doze) meses.
- b) Os demais itens que não se enquadram nos valores acordados em Convenção Coletiva de Trabalho serão reajustados pela URM (Unidade de Referência do Município) após o período de 12 (doze) meses do início do contrato.
- c) O reajuste de vale transporte ocorrerá quando for concedido aumento do vale e nos mesmos percentuais do aumento.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser executados da seguinte forma:

- a) Implantar de forma adequada, e em conjunto com gestor de contrato do Contratante, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, garantindo suporte para atender a eventuais necessidades para manutenção de limpeza das áreas requeridas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

- b) Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante quanto a qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- c) Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível;
- d) Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao Contratante, para que não haja interrupção dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

12 SECRETARIA DE MUNICIPIO DE ASSISTENCIA SOCIAL
02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08- ASSISTENCIA SOCIAL
244- ASSISTENCIA COMUNITÁRIA
262- GESTÃO DA CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL
4488- PROGRAMA BOLSA FAMILIA
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Código reduzido 202
Recurso 1219 – IGD bolsa família

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da ordem de início de serviço, podendo ser prorrogado por iniciativa e a critério da **CONTRATANTE**, fundado em conveniência administrativa justificada, no máximo até o limite de 04 (quatro) renovações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS COMPROVANTES DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS: Para acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, a CONTRATADA se obriga a apresentar ao Setor Financeiro da SMCAS, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês da execução do serviço, os comprovantes de pagamentos/recolhimentos e **também os documentos elencados no TAC** conforme a tabela abaixo:

	Documentos
1	Certidão Negativa de contribuição previdenciária
2	Certidão Negativa Fazenda Federal
3	Certidão Negativa Estadual
4	Certidão Negativa Débitos Municipais
5	Certidão de Regularidade do FGTS
6	Guia de recolhimento – FGTS
7	Guia de recolhimento – GPS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

8	Previdência Social – GFIP Autenticada
9	Comprovante de pagamento de rescisões\férias (se tiver)
10	Comprovante de vale transporte
11	Comprovante de vale alimentação
12	Folha de Pagamento
13	Cópia de todos os contracheques dos funcionários assinados por eles
14	Cópia do ponto de todos os funcionários, assinados pelos diretores responsáveis
15	Cópia da carteira de identidade e carteira de trabalho dos funcionários admitidos
16	Cópia dos exames admissionais

Observação: a Empresa será responsável pelo recolhimento de toda esta documentação dos seus funcionários e esta documentação deve vir com o logotipo da empresa e assinada pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PREPOSTO: A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela SMCAS, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº de CPF e de documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

a) O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela SMCAS, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, juntamente com o servidor público designado para esse fim, o TERMO DE ABERTURA DO LIVRO DE OCORRÊNCIAS, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, relativos a sua competência.

b) O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS UNIFORMES E APRESENTAÇÃO DO PROFISSIONAL: O profissional que realizará os serviços deverá manter-se devidamente uniformizado. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento do uniforme.

a) Todas as peças do uniforme deverão ser distribuídas em estado novo, ou seja, sem uso, em perfeitas condições de uso e apresentação, confortáveis e de boa qualidade.

b) A CONTRATADA não poderá repassar/descontar os custos do uniforme ao empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DEMAIS CONDIÇÕES: A CONTRATADA deverá efetuar de uma só vez, dentro do mês da prestação dos serviços, a entrega aos seus empregados, dos benefícios de tíquetes alimentação e refeição, assim como os vales transportes. Essa distribuição não poderá ter intervalo entre uma distribuição e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

outra, ou seja, a disponibilidade deverá ocorrer no máximo no dia em que termina os benefícios distribuídos no mês anterior.

Parágrafo Único: Todos os custos para o fornecimento dos uniformes, transporte, na qualidade e quantidades necessárias à prestação dos serviços, bem como para suas reposições, compõem o valor mensal acordado com a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA: A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente a percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, cabendo-lhe optar, dentre as modalidades caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo Primeiro: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Parágrafo Segundo: A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento da CONTRATANTE, inclusive de prejuízos decorrentes do inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários devidos pela CONTRATADA, e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações a ela devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contratado por dia de atraso, até o máximo de 6% (seis por cento).

Parágrafo Quarto: O atraso superior a 30 (trinta) dias poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

Parágrafo Quinto: A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato e ser renovada a cada 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS: A fiscalização e aceitação dos serviços serão realizadas por 02 (dois) servidores devidamente nomeados por esta Secretaria.

Parágrafo Primeiro: Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por fiscais designados, podendo para isso:

Parágrafo Segundo: Solicitar aos supervisores/encarregados da Contratada o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Parágrafo Terceiro: Examinar as Carteiras Profissionais dos prestadores de serviços, para comprovar o registro de função profissional;

Parágrafo Quarto: Executar mensalmente a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA obriga-se perante o CONTRATANTE a:

- a) Selecionar e preparar os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando aqueles com nível de instrução compatível e funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;
- b) Manter seu pessoal uniformizado provendo-os com dois conjuntos de uniformes;
- c) Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;
- d) Exercer controle no que se refere à assiduidade e à pontualidade de seus empregados;
- e) Manter a disciplina entre os seus funcionários;
- f) Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações do Contratante;
- g) Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- h) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- i) Fornecer vale transporte e vale refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- j) Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de fornecimento de benefícios e encargos;
- k) Preservar e manter o Contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE : A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.
- b) Disponibilizar instalações para os empregados.
- c) Efetuar o pagamento e cumprir as demais cláusulas contratuais.
- d) Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados.
- e) Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- f) Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovados aplicando-se, quando for o caso, os devidos fatores de desconto, conforme avaliação dos serviços prestados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES: A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificando o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) Advertência
- b) Multa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

Parágrafo Primeiro: As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Parágrafo Segundo: A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo à CONTRATANTE ou a terceiros.

Parágrafo Quarto: Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução do total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

Parágrafo Quinto: Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

Parágrafo Sexto: Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.
- b) Todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, de pleno direito, pelo Contratante independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à Contratada, nos casos previstos neste Contrato e na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Parágrafo Segundo: A rescisão unilateral, nos termos do caput, ocorrerá conforme o disposto no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Parágrafo Terceiro: A rescisão poderá se dar ainda pela inexecução total ou parcial do contrato pela contratada, com as consequências previstas em Lei;

Parágrafo Quarto: A rescisão poderá se dar de forma amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização da CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA— DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de

.....
Contratada

.....
Secretária de Município da Cidadania e Assistência Social -SMCAS.

.....
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

C.C.:SMF/SMCAS/GCLC/CSCI/CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

EMPRESA:

CONTRATO:

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL- 062/2016

OBJETO:

DATA DO INÍCIO: __ / __ / __.

.....
Contratada

.....
Secretária de Município da Cidadania e Assistência Social-SMCAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a).

_____ e _____ o(a)
senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal do Serviço

Fiscal do contrato

.....
Secretária de Município da Cidadania e Assistência Social-SMCAS

Rio Grande, de de